



## **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010** **REGISTRO DE PREÇO**

O Pregoeiro Oficial do Ministério Público, designado pela Portaria N.º 1.927/09, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, torna público que no **dia 07 de outubro de 2010, às 09:00 hs**, na sala de Licitações, localizada no Anexo Administrativo do Ministério Público, situado na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, João Pessoa/PB., será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo menor preço para os Lotes Ofertados, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para aquisições eventuais e futuras de materiais odontológicos, observadas às disposições contidas na **Lei Federal N.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar Federal N.º 123/2006, Decreto Estadual N.º 24.649/2003, de 03/12/2003 e Decreto Estadual N.º 26.375/05, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o Decreto Federal N.º 3.391/01 e a Lei N.º 8.666, de 21/06/93**, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

Telefones para contato: (83) 2107-6064/2107-6073

### **1. DO OBJETO**

1.1. Seleção de pessoa(s) jurídica(s) **do ramo pertinente**, para o **REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando a aquisição, eventual e futura, de **MATERIAIS ODONTOLÓGICOS**, para atender às necessidades do Setor Odontológico do Ministério Público da Paraíba, conforme quantitativo e especificações constantes do Anexo V deste Edital.

### **2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. **DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, se for o caso.** Para usufruir do tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), as licitantes **DEVERÃO** comprovar que estão registradas, na Junta Comercial do Estado de origem, como enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por **meio de declaração** (conforme modelo do Anexo III), declarando, sob as penas da lei, que estão enquadradas com ME ou EPP na Junta Comercial e que atendem aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, além de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando aptas a usufruírem do tratamento favorecido e que não se incluem em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, **OU AINDA PODERÃO** apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa



ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **datada de 2010.**

**2.2.1. A DECLARAÇÃO** deverá ser assinada pelo **sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular**, no caso de firma individual, **sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.**

**2.2.2. O DOCUMENTO (DECLARAÇÃO) DE QUE TRATA O ITEM 2.2 DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO COM O CREDENCIAMENTO OU, FACULTATIVAMENTE, JUNTO COM A PROPOSTA.**

2.2.3. Os licitantes deverão observar as situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, que são causas excludentes do regime diferenciado e de favorecimento das ME e EPP que se enquadrem em uma das hipóteses do citado parágrafo.

**2.2.3.1 Ficam os administradores ou titulares das licitantes e seus procuradores ou prepostos advertidos de que constitui crime fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, punido com pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo das demais punições previstas.**

**2.3. Não será admitida, nesta licitação, a participação de:**

2.3.1. Empresas que **NÃO** atendam às condições deste Edital;

2.3.2. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça;

2.3.3. Empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si ou possua sócio comum nas empresas que apresentarem propostas para o presente certame, que, no caso, será admitida a que apresentar a proposta escrita de menor valor entre elas;

**2.3.4. Pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, devendo ser apresentada DECLARAÇÃO, conforme o Anexo IV, no ato do CREDENCIAMENTO ou na PROPOSTA, para participação no presente certame.**



### **3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

3.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido no setor de protocolo, deste órgão, situado na Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, João Pessoa/PB, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que antecede à data de realização da sessão pública do pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

### **4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. O interessado ou seu procurador deverá se apresentar ao Pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, **INCLUSIVE COM PODERES PARA FORMULAÇÃO DE OFERTAS E LANCES VERBAIS.**

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará sua imediata exclusão em participar dos atos seguintes, salvo autorização expressa do Pregoeiro, mantida a proposta escrita, desde que aceita.

#### **4.4. PARA O CREDENCIAMENTO, deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

4.4.1. Tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (**cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência.**)

4.4.2. Tratando-se de procurador: a **PROCURAÇÃO por instrumento público deverá CONSTAR PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga (**cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência.**)



4.4.3. Tanto o representante legal como o Procurador deverão se identificar, exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

**4.4.4. Sendo A PROCURAÇÃO PARTICULAR, DEVERÁ TER FIRMA RECONHECIDA e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica - contrato social onde se possa identificar o ADMINISTRADOR), que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.**

**4.4.5. Deverá ser apresentada DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo IV, no ato do CREDENCIAMENTO ou na PROPOSTA, declarando que, na licitante - Pessoa Jurídica - não participam, como sócio, gerente, diretores, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau quaisquer membros ou servidores do Ministério Público.**

4.5. Os documentos citados no item 4.4 e respectivos subitens (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do pregão. No caso de cópias, deverão estar autenticadas por tabelião ou pelo Pregoeiro ou membro da sua equipe de apoio.

4.6. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.7. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO**

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou de seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, o Pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, receberá os documentos abaixo relacionados, que serão registrados em ata, bem como os nomes dos licitantes presentes:

**5.1.1. DECLARAÇÃO de cumprimento dos requisitos de habilitação, SEPARADA DE QUALQUER DOS ENVELOPES exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que atende às condições do presente certame, conforme Modelo, constante do Anexo II deste edital;**

**5.1.2. Envelopes separados, contendo a documentação exigida para Proposta de Preço (Envelope “A”) e Habilitação (Envelope “B”), devidamente fechados.**

5.2. Aberta a sessão, não mais serão admitidos novos licitantes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

5.3. Os documentos relativos a proposta de preço e a habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:

a) Envelope contendo os documentos relativos à proposta de preço:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI  
PREGÃO PRESENCIAL 023/2010/MP/PB

LICITANTE: \_\_\_\_\_  
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

b) Envelope contendo os documentos de habilitação:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI  
PREGÃO PRESENCIAL 023/2010/MP

LICITANTE: \_\_\_\_\_  
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

5.4. Não será admitida a remessa dos envelopes "A" e "B" - proposta de preço e habilitação, por via postal.

**5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial. No caso de cópias, serão aceitas desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pelo Pregoeiro ou por sua equipe de apoio.**

5.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente.

5.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.9. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.



**5.10. A não-entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste edital implicará não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame.**

5.11. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

## **6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE “A”)**

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”, conforme especificado no item 5.3, alínea “a”.

6.2. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada/digitada, com a identificação da razão social, endereço e CNPJ da proponente, o preço unitário de cada item, com seus totais, bem como os totais para cada Lote Ofertado, em moeda nacional, com a especificação dos produtos, estando a proposta, datada, rubricada(s) por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, as seguintes informações:

- a) Designação do número desta licitação;
- b) **DECLARAR, no corpo da proposta**, que a sua validade não é inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura. Na falta de tal informação, será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;
- c) **DECLARAR, no corpo da proposta**, ou em escrito à parte, que, nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação. A Procuradoria Geral de Justiça não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;
- d) **DECLARAR, no corpo da proposta ou no credenciamento, que não possui em seus quadros como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau de membros ou servidores do MP, conforme modelo do Anexo IV.**
- e) NO CASO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão apresentar, PARA SE IDENTIFICAR no certame e usufruir o tratamento diferenciado estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/06), **DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo III** ou apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **DATADA DE 2010.**



**e.1) A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.4.2. deste edital.**

**e.2) A licitante que optar pela apresentação da declaração, caso seja vencedora, fica no dever de apresentar, no ato de assinatura da ARP, a Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado, DATADA DO ANO DE 2010.**

6.3. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

6.4. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste edital.

6.5. Ficam vedadas:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa;
- b) a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

## **7. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE “B”**

7.1. As licitantes deverão apresentar no envelope “B” - Documentos de Habilitação, que demonstram atendimento às exigências indicadas neste item.

7.2. Serão aceitas as certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as às verificações, caso necessário.

### **7.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



#### **7.4. DA REGULARIDADE FISCAL**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FIC) do domicílio ou a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal e Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

#### **7.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA**

Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante **exigindo-se que tenha sido expedida, no mínimo, A PARTIR DO 1º (PRIMEIRO) DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2010;**

**7.6. DECLARAÇÃO** de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo - **Anexo I.**

7.7. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentados os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão.

### **8. DA SESSÃO - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

8.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, se for o caso, **COMPROVANDO, possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lances)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. Aberta a sessão, o representante legal ou seu procurador entregará ao Pregoeiro, declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 (Anexo II) além de 02 envelopes separados, contendo em um deles a proposta de preços e em outro a documentação de habilitação.

8.3. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes “A”, contendo as propostas, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento





das exigências contidas no edital, sendo classificadas as propostas dos licitantes de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente às de menor preço, para os lotes licitados.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que os licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.

8.5. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes. Os lances verbais serão feitos para o preço do Lote até o encerramento do julgamento deste.

8.6. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, do valor total do Lote, inferior à proposta de menor preço.

8.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valores, decidindo motivadamente a respeito.

8.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação - “ B”- do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias.

**8.11.1. Na apreciação e no julgamento das propostas não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento, nem serão permitidas ofertas baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se o licitante a executar as condições da proposta apresentada.**

8.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o(s) Lote(s)/objeto do certame.

8.13. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de



uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o(s) Lote(s)/objeto do certame.

8.13.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- b) apresentem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- c) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.14. Nas situações previstas nos incisos 8.9., 8.10., e 8.13, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.15. O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento do pregão, nova proposta escrita acompanhada de nova planilha de preços atualizada contendo a distribuição proporcional, nos itens dos lotes, do percentual de redução obtido nos valores finais dos lotes ofertados na sessão de licitação, após os lances e negociação, observando o disposto no inciso 6.2, em conformidade com o anexo deste edital e de acordo com o correspondente lote adjudicado.

8.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e licitantes presentes.

8.17. As omissões irrelevantes não ensejarão a desclassificação do licitantes vencedor, salvo se causarem prejuízo à Administração ou lesarem direitos dos demais proponentes.

## **9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

9.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **desde que devidamente registradas e enquadradas** no Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, como ME ou EPP, terão tratamento diferenciado e favorecido no certame, conforme dispõe a Lei Complementar Federal N.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

**9.2. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA DAS ME E EPP - Para USUFRUIR DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO, AS LICITANTES DEVERÃO IDENTIFICAR-SE NO CERTAME como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no dia da sessão de credenciamento e recebimento dos envelopes, através da DECLARAÇÃO, com modelo constante neste edital (Anexo III) ou com apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante, DATADA DE 2010.**

9.3. O documento de que trata o subitem anterior **deverá ser anexado junto à documentação do credenciamento, para participação do certame, ou, facultativamente, junto à proposta.**



9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte gozarão dos seguintes tratamentos diferenciados e favorecidos:

9.4.1. A comprovação de regularidade fiscal só será exigida, para efeitos de assinatura da Ata de Registro de Preços;

9.4.2. As licitantes ME ou EPP **DEVERÃO APRESENTAR, obrigatoriamente, TODA A DOCUMENTAÇÃO** exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

9.4.2.1. As MEs e EPPs não podem deixar de apresentar nenhuma documentação exigida no ato convocatório, seja qual for, sob pena de ser inabilitada.

9.4.3. Havendo alguma restrição, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;

9.4.4. A não-regularização, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81 da Lei N.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação;

9.4.5. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

9.4.6. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço;

9.4.7. Ocorrendo empate, a ME ou EPP mais bem classificada, será convocada, para, querendo, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

9.4.8. Havendo mais de uma ME ou EPP e não ocorrendo oferta na forma da letra anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem de classificação, que por ventura se enquadrem na hipótese da letra “f”, para o exercício do mesmo direito;

9.4.9. Na hipótese de valores equivalentes apresentados pelas ME ou EPP que estejam no intervalo do item “9.4.6.”, será realizado sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta;

9.4.10. Quando a melhor oferta apresentada for de uma ME ou EPP não haverá empate na forma descrita no item “9.4.6.”;



9.4.11. Não havendo apresentação de novas propostas por parte de ME e EPP o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta vencedora apresentada;

9.4.12. É obrigatória a presença de um representante da licitante credenciado para o exercício do direito a apresentar nova proposta, na forma da LC 123/06, sob pena de preclusão;

9.4.13. O enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte será exigida para o dia da sessão de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação, devendo permanecer, no mínimo, até a assinatura da Ata de Registro de Preços ou a notificação para entrega do objeto, neste caso de se tratar de entrega imediata.

## **10. DO REGISTRO DE PREÇO**

10.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços, relativo à aquisição de bens, para contratações eventuais e futuras da Administração Pública.

10.2. A Ata de Registro de Preço é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação/aquisição, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgão participantes, conforme especificações contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas apresentadas pelos licitantes, conforme exigências editalícias.

10.3. Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimento do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

10.4. O Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa do procedimento licitatório para Registro de Preço, bem como integrante da futura ARP.

10.5. O Órgão Gerenciador do presente SRP será o Ministério Público do Estado da Paraíba/ Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, através do seu Núcleo de Registro de Preços.

10.6. A descrição e quantidades constante no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em um 01 (um) ano, e em conformidade com a legislação, não obrigando o MP/PB-PGJ a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição.

10.7. O presente Registro de Preços terá validade de um 01 (um) ano.

10.8. A existência de Registro de Preço não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade e de condições.



10.9. Este Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizado por qualquer órgão da Administração Pública, independente da condição de órgão participante do presente certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, até o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo inicialmente previsto, desde que devidamente comprovada a vantagem e o cumprimento das exigências da legislação.

10.9.1. Caberá ao beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, apta pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.10. Homologado o resultado do certame, o Núcleo de Registro de Preços do MP/PB convocará os interessados para assinatura da ARP, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade.

10.11. A aquisição dos produtos junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Setor Odontológico desta Procuradoria, através de requisição formal, ou similar, no que couber.

10.12. Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DA NOTA DE EMPENHO**

11.1. Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado para assinar a ARP, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período.

11.2. A ARP observará a minuta do anexo deste edital e firmará compromisso para eventual aquisição, com validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma da legislação aplicável.

11.3. Para efeito de verificação da conformidade do objeto deste edital com as especificações constantes na proposta de preço apresentada, o Departamento de Material e Patrimônio, através do setor requisitante, Setor Odontológico do MP/PB, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, oportunidade em que os aceitará, atestando a respectiva nota fiscal/fatura, ou os rejeitará, na hipótese de desconformidade com a proposta de preço apresentada no certame.

11.4. Quando o fornecedor não apresentar situação regular no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



11.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas no certame licitatório, sem que haja convocação por parte do Ministério Público da Paraíba/Procuradoria-Geral de Justiça, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos.

11.6. A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na legislação aplicada.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao vencedor, sendo posteriormente submetido à Autoridade competente, para a homologação.

12.2. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame, o licitante vencedor será notificado, mediante notificação expedida para o seu representante credenciado ou em sua falta remetida para o endereço constante na proposta, preferencialmente via Fax, para apresentar a Certidão Simplificada do seu Enquadramento como ME ou EPP, se for o caso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. A contagem do prazo se inicia com a notificação.

## **13. DAS SANÇÕES**

13.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, cometer qualquer dos itens abaixo relacionados sofrerá as sanções descritas em lei, além das previstas neste edital:

13.1.1 Recusar-se injustificadamente a entregar o bem ofertado;

13.1.2. Apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública;

13.1.3. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

13.1.4. Ensejar o retardamento da entrega do objeto;

13.1.5. Não manter a proposta apresentada;

13.1.6. Falhar ou fraudar a entrega do objeto;

13.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.8. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

13.1.9. Dentre outras faltas não previstas neste instrumento, mas que prejudiquem o objeto deste.

13.2 Ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SIREF ou sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na minuta de contrato, em anexo, e das demais cominações legais.



#### **14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - COM A ENTREGA**

14.1. O pagamento será feito até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente à aquisição do objeto, pelo preço registrado, após a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

14.2. O pagamento de qualquer fatura ficará condicionado à comprovação do recolhimento de 1,5% (Hum vírgula cinco por cento) referente à Taxa de Processamento de Despesa Pública – TPDP, nos termos da Lei Estadual N.º 7.947, de 22/03/2006, publicada no Diário Oficial do Estado de 23/03/2006, regulamentada pelo Decreto No. 27.116, de 11/05/2006, publicado no Diário Oficial do Estado de 13/05/2006, cujo produto da arrecadação deverá ser utilizado em benefício dos programas e das ações da Fundação de Ação Comunitária – FAC.

#### **15. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

15.1. Os bens, objeto do Pregão Presencial N.º 023/2010, deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio do MP/PB, localizado no Anexo IV, na Rua 13 de maio, N.º 663, Centro, município de João Pessoa/PB, após emissão do Termo de Recebimento, assinado por servidor do citado setor, juntamente com a Coordenadora do Setor Odontológico desta Procuradoria-Geral de Justiça, observadas as especificações contidas no termo de referência e proposta vencedora, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em 02 (duas) vias.

15.2. A CONTRATADA deverá proceder a entrega dos materiais odontológicos, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho, atendendo-se ao quantitativo e especificações descritos, sendo gerado este documento somente após o envio da notificação de empenho pelo Núcleo de Registro de Preços, conforme as informações do Setor Odontológico do MP/PB, no tocante aos itens e quantidades que devem ser adquiridas.

15.3. Os materiais que apresentarem defeitos imediatos ou quando da sua primeira utilização deverão ser devolvidos à CONTRATADA, devendo esta substituí-los por outros em perfeito estado de uso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua notificação, sem nenhum ônus para o MP/PB.

#### **16. DOS PRAZOS DE GARANTIA DOS MATERIAIS PERMANENTES**

16.1. A garantia dos materiais permanentes será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da nota fiscal.

#### **17. DOS PRAZOS DE VALIDADE DOS MATERIAIS DE CONSUMO**

17.1. Quando a validade estipulada pelo fabricante for de 12 (doze) meses, o material entregue deverá possuir, na data de sua entrega, uma validade mínima de 10 (dez) meses.



17.2. Quando a validade estipulada pelo fabricante for de 24 (vinte e quatro) meses, o material entregue deverá possuir, na data de sua entrega, uma validade mínima de 20 (vinte) meses.

17.3 Quando a validade estipulada pelo fabricante for superior a 24 (vinte e quatro) meses, o material entregue deverá possuir, na data de sua entrega, uma validade mínima correspondente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da validade máxima indicada na embalagem.

## **18. DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME**

18.1. A Administração, observadas as razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

18.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

## **19. DOS RECURSOS**

19.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

19.2. O acolhimento de recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.3. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

19.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

19.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

19.6. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar a respectiva ARP.

## **20. DOS CASOS OMISSOS**





20.1. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei n.º 8.666/93, e regulamento estadual do SRP e, subsidiariamente, decreto 3931/01.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.2. Reserva-se ao Pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

21.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, o Pregoeiro poderá:

- a) Adiar a data da abertura desta licitação;
- b) Alterar as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.6. Não será permitida a retirada dos envelopes apresentados ou cancelamento de propostas, pelos licitantes, após a sua entrega.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

21.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Declaração (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
- b) Anexo II - Declaração (inciso VII do art. 4º Lei 10.520 de 17/07/2002);
- c) Anexo III - Declaração para ME e EPP;
- d) Anexo IV - Declaração exigida no item 2.3.4. deste Edital;
- e) Anexo V - Termo de Referência;
- f) Anexo VI - Minuta de Ata de Registro de Preços.

João Pessoa, setembro de 2010

**FRANCISCO DE ASSIS MARTINS JUNIOR**  
**PREGOEIRO OFICIAL**



**ANEXO I**

**PREGÃO N.º 023/2010/PGJMP**

**D E C L A R A Ç Ã O**

(Razão Social do LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o N.º \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo)\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui, em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

João Pessoa-PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do Declarante)



**ANEXO II**

**PREGÃO N.º 023/2010/PGJMP**

**D E C L A R A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_ (Razão Social do LICITANTE) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o N.º \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do subitem 7.0 do presente edital.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do Declarante)

**Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento**



**ANEXO III**

**PREGÃO N.º 023/2010/PGJMP**

**Modelo de Declaração, apenas, para empresas enquadradas na Junta Comercial do seu Estado como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.**

**DECLARAÇÃO**

**(nome do administrador ou representante, este no caso de firma individual),** CPF N.º \_\_\_\_\_, residente na (Rua; Avenida, Bairro e Estado), **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da lei, que a Empresa ( razão social da empresa) se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado (citar Estado) como sendo uma (microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme caso), e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo aos requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **DECLARA** que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que o impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

**Local de data**

**ATENÇÃO**

**Ass. do administrador contratual ou pelo titular**

\* Observe as condições para a assinatura da declaração: (A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.



**ANEXO IV**

**PREGÃO N.º 023/2010/PGJMP**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que em nossos quadros não participam como sócio, gerente, diretores quaisquer membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

**Local e Data**

**Ass. do administrador contratual ou pelo titular**

**CPF.:** \_\_\_\_\_

**RG.:** \_\_\_\_\_



**ANEXO V**

**PREGÃO N.º 023/2010/PGJMP**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - DO OBJETO** - O presente termo de referência define a forma em que se dará a contratação/aquisição, eventual e futura, de materiais e instrumentos odontológicos, mediante o Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses.

**JUSTIFICATIVA:** Material necessário à manutenção anual do serviço odontológico da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba.

**PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA:** As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar do recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho, na quantidade total estabelecida na NE. Serão devolvidos e prontamente repostos pelo Contratado o material que apresentar defeitos imediatos.

**ADJUDICAÇÃO:** Por Lote

**LOCAL DE ENTREGA:** Departamento de Material de Patrimônio, localizado no Anexo IV – Rua 13 de maio, 663, Centro – João Pessoa.

**PROPOSTA DE PREÇOS:** No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

**PRAZO DE VALIDADE DO MATERIAL DE CONSUMO**

- ▶ No caso da validade estipulada pelo fabricante ser 12 meses, o material deve possuir, no ato da entrega, validade mínima de 10 meses.
- ▶ No caso da validade estipulada pelo fabricante ser 24 meses, o material deve possuir, no ato da entrega, validade mínima de 20 meses.
- ▶ No caso da validade estipulada pelo fabricante ser superior a 24 meses, o material deve possuir, no ato da entrega, validade correspondente a no mínimo oitenta por cento da validade máxima indicada na embalagem.

**PRAZO DE GARANTIA DO MATERIAL PERMANENTE:** A garantia dos materiais permanentes será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da nota fiscal.

**UNIDADE FISCALIZADORA:** O material será recebido e avaliado pelo Departamento de Material e Patrimônio e pela Coordenadora do Setor Odontológico, Dra. Ana Carla Sobreira Lopes Pires de Sá.

**2 – DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL:**



## RELAÇÃO DE MATERIAL E INSTRUMENTAL

### LOTE 1

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Unitário Proposto (R\$)	Valor Total (R\$)
01	AGENTE DE UNIÃO FOTOPOLIMERIZÁVEL MULTIUSO MONOCOMPONENTE, 5ª GERAÇÃO, COM SOLVENTE A BASE DE ÁLCOOL E ÁGUA. (FRASCO ÚNICO, c/ 6g)	FR	10	109,69		
02	APLICADORES DESCARTÁVEIS ESFÉRICOS DOBRÁVEIS ATRAVÉS DE SANFONAMENTO, COMPOSTO POR FIBRAS NÃO ABSORVENTES. PARA LEVAR E DEPOSITAR LÍQUIDOS (EM PEQUENAS QUANTIDADES. TAMANHO REGULAR TRADICIONAL. TUBO PLÁSTICO C/ 100 UNIDADES. EM QUALQUER COR, EXCETO CINZA. NÃO SERÁ ACEITO PRODUTO SEM COMPROVAÇÃO DE TAMANHO EXPRESSO NA EMBALAGEM E QUE DESPRENDA SUA PARTE ATIVA QUANDO COLOCADA EM CANAIS E CAVIDADES PEQUENAS, QUE EXIJAM RESISTÊNCIA.	TUBO	12	14,07		
03	APLICADORES DESCARTÁVEIS ESFÉRICOS DOBRÁVEIS ATRAVÉS DE SANFONAMENTO, COMPOSTO POR FIBRAS NÃO ABSORVENTES. PARA LEVAR E DEPOSITAR LÍQUIDOS (EM PEQUENAS QUANTIDADES. TAMANHO FINO OU SUPERFINO. TUBO PLÁSTICO C/ 100 UNIDADES. EM QUALQUER COR, EXCETO CINZA. NÃO SERÁ ACEITO PRODUTO SEM COMPROVAÇÃO DE TAMANHO EXPRESSO NA EMBALAGEM E QUE DESPRENDA SUA PARTE ATIVA QUANDO COLOCADA EM CANAIS E CAVIDADES PEQUENAS, QUE EXIJAM RESISTÊNCIA.	TUBO	06	11,26		
04	ÁCIDO EM GEL À BASE DE ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% SEM SÍLICA, EM BASE AQUOSA, DE BAIXA VISCOSIDADE, PROPRIEDADE TIXOTRÓPICA E COM CORANTE AZUL. O ÁCIDO DEVE POSSUIR FLUIDEZ ADEQUADA. SERINGA DE 2,5 ML.	UND	24	4,60		
05	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL P/ FORRAMENTO E BASE. (CAIXA COM UM FRASCO CONTENDO 9G DE PÓ E 5,5ML DE LÍQUIDO).	CX	08	95,72		
06	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO QUIMICAMENTE ATIVADO P/ RESTAURAÇÃO NA COR A2. (C/ 01 FRASCO DE 12,5 G DE PÓ E 01 C/ 8,5ML DE LÍQUIDO)	CX	10	35,14		
07	PASTA PARA POLIMENTO E BRILHO FINAL (GLOSS) DE	UND	20	20,85		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL (FOTO). TIPO PRISMA GLOSS OU SIMILAR, SERINGAS C/ 05G					
08	RESINA COMPOSTA FLOW, FOTOATIVADA, COR A2, C/ 1.2G	UND	02	27,00		
09	RESINA COMPOSTA FLOW, FOTOATIVADA, COR A3, C/ 1.2G	UND	02	27,00		
10	SELANTE P/ FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL, C/ LIBERAÇÃO DE FLÚOR (MATIZADO) – TIPO FLUORSHIELD OU SIMILAR, C/ 02 TUBOS DE SELANTES C/ 5G CADA, PONTAS DESCARTÁVEIS, CABO P/ PINCEL, 01 SERINGA DE GEL, 01 BLOCO E AGULHAS DESCARTÁVEIS	CX	02	20,90		
11	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR A1</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	03	85,82		
12	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR A2</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	06	85,82		
13	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR A3</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	04	85,82		
14	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR A3.5</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	03	85,82		
15	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR B2</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	05	85,82		
16	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR AO2</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	06	85,82		
17	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR C2</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	03	85,82		





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

18	REFIL DE RESINA BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO SILICONIZADO, SÍLICA PIROLÍTICA BUTILADO, CORANTES MINERAIS NA <b>COR WE</b> – TIPO TPH OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	02	85,82		
19	REFIL DE RESINA COM MATRIZ DE MONÔMERO COMPOSTA POR BIS-GMA, DIMETACRILATO DE URETANO E TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO (20,2% EM PESO). CARGA INORGÂNICA CONSTITUÍDA POR VIDRO DE BÁRIO, TRIFLUORETO DE ITÉBIO, VIDRO DE FLUORSILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO E ÓXIDOS MISTOS ESFEROIDAIS (79% EM PESO). CONTÉM CATALIZADORES, ESTABILIZADORES E PIGMENTOS (0,8% EM PESO) NA <b>COR A1</b> – TIPO TETRIC CERAM OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	02	55,39		
20	REFIL DE RESINA COM MATRIZ DE MONÔMERO COMPOSTA POR BIS-GMA, DIMETACRILATO DE URETANO E TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO (20,2% EM PESO). CARGA INORGÂNICA CONSTITUÍDA POR VIDRO DE BÁRIO, TRIFLUORETO DE ITÉBIO, VIDRO DE FLUORSILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO E ÓXIDOS MISTOS ESFEROIDAIS (79% EM PESO). CONTÉM CATALIZADORES, ESTABILIZADORES E PIGMENTOS (0,8% EM PESO) NA <b>COR A2</b> – TIPO TETRIC CERAM OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	04	55,39		
21	REFIL DE RESINA COM MATRIZ DE MONÔMERO COMPOSTA POR BIS-GMA, DIMETACRILATO DE URETANO E TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO (20,2% EM PESO). CARGA INORGÂNICA CONSTITUÍDA POR VIDRO DE BÁRIO, TRIFLUORETO DE ITÉBIO, VIDRO DE FLUORSILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO E ÓXIDOS MISTOS ESFEROIDAIS (79% EM PESO). CONTÉM CATALIZADORES, ESTABILIZADORES E PIGMENTOS (0,8% EM PESO) NA <b>COR A3.5</b> – TIPO TETRIC CERAM OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	03	55,39		
22	REFIL DE RESINA COM MATRIZ DE MONÔMERO COMPOSTA POR BIS-GMA, DIMETACRILATO DE URETANO E TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO (20,2% EM PESO). CARGA INORGÂNICA CONSTITUÍDA POR VIDRO DE BÁRIO, TRIFLUORETO DE ITÉBIO, VIDRO DE FLUORSILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO E ÓXIDOS MISTOS ESFEROIDAIS (79% EM PESO). CONTÉM CATALIZADORES, ESTABILIZADORES E PIGMENTOS (0,8% EM PESO) NA <b>COR A3</b> – TIPO TETRIC CERAM OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	02	55,39		
23	REFIL DE RESINA COM MATRIZ DE MONÔMERO COMPOSTA POR BIS-GMA, DIMETACRILATO DE	UND	04	55,39		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

	URETANO E TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO (20,2% EM PESO). CARGA INORGÂNICA CONSTITUÍDA POR VIDRO DE BÁRIO, TRIFLUORETO DE ITÉBIO, VIDRO DE FLUORSILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO E ÓXIDOS MISTOS ESFEROIDAIS (79% EM PESO). CONTÉM CATALIZADORES, ESTABILIZADORES E PIGMENTOS (0,8% EM PESO) NA <b>COR B2</b> – TIPO TETRIC CERAM OU SIMILAR (REFIL COM 4G).					
24	REFIL DE RESINA COM MATRIZ DE MONÔMERO COMPOSTA POR BIS-GMA, DIMETACRILATO DE URETANO E TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO (20,2% EM PESO). CARGA INORGÂNICA CONSTITUÍDA POR VIDRO DE BÁRIO, TRIFLUORETO DE ITÉBIO, VIDRO DE FLUORSILICATO DE ALUMÍNIO E BÁRIO, DIÓXIDO DE SILÍCIO ALTAMENTE DISPERSO E ÓXIDOS MISTOS ESFEROIDAIS (79% EM PESO). CONTÉM CATALIZADORES, ESTABILIZADORES E PIGMENTOS (0,8% EM PESO) NA <b>COR T</b> – TIPO TETRIC CERAM OU SIMILAR (REFIL COM 4G).	UND	04	55,39		

**LOTE 2**

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Unitário Proposto (R\$)	Valor Total (R\$)
01	ABRIDOR DE BOCA DE BORRACHA INFANTIL	UND	01	7,95		
02	ARCO DE YOUNG PARA DIQUE DE BORRACHA, EM PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL	UND	02	8,40		
03	COLGADURAS INDIVIDUAIS	UND	05	3,05		
04	PORTA AMÁLGAMA PLÁSTICO	UND	02	11,06		
05	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE	UND	04	20,85		
06	POSICIONADOR P/ FILMES PERIAPICAIS AUTOCLAVÁVEL INFANTIL	KIT	01	45,98		
07	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 206	UND	03	15,30		
08	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 207	UND	03	15,30		
09	GRAMPO PARA ISOLAMENTO 208	UND	03	15,30		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

10	TIRA DE LIXA <b>DIAMANTADA</b> EXTRAFINA. COMPOSTA POR <b>AÇO INOXIDÁVEL E DIAMANTE NATURAL</b> . DIMENSÃO DE <b>2,5MMX110MM</b> . PACOTE C/ 12 UNIDADES.	PCT	12	13,57		
11	TIRA DE POLIÉSTER, EM FITAS, ENVELOPES C/ 50 UND	ENV	30	1,43		
12	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO DE RESINA	ENV	30	7,64		
13	FITA MATRIZ EM AÇO INOX EM ROLO. DIMENSÃO DE 0,05MM (ESPESSURA)X 5 MM (LARGURA) X 5 METROS (COMPRIMENTO).	CX	30	1,46		
14	FITA MATRIZ EM AÇO INOX EM ROLO. DIMENSÃO DE 0,05MM (ESPESSURA)X 7 MM (LARGURA) X 5 METROS (COMPRIMENTO).	CX	20	1,60		
15	CUNHAS ANATÔMICAS INTERDENTAIS EM MADEIRA. PACOTE COM 100 CUNHAS EM QUATRO TAMANHOS CODIFICADOS POR DIFERENTES CORES.	PT	10	16,35		
16	DIQUE DE BORRACHA COM APROXIMADAMENTE 13,5 X 13,5 CM, AROMATIZADO, NA COR AZUL (C/ 26FOLHAS)	CX	03	14,07		
17	CARBONO PARA MARCAÇÃO OCLUSAL DE DUPLA FACE (VERMELHO/PRETO) C/ ESPESSURA DE 21 MÍCRONS (ULTRAFINO). CAIXA C/ 280 TIRAS PRÉ-CORTADAS.	CX	06	160,55		
18	POTE DAPPEN, EM VIDRO	UND	05	1,93		
19	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA, SILICONADA, CURTA, COM BISEL, ESTERILIZADA (CAIXA C/100 UNID).	CX	04	17,49		
20	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA, SILICONADA, LONGA, COM BISEL, ESTERILIZADA CAIXA (C/100 UNID).	CX	05	21,00		

**LOTE 3**

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Unitário Proposto (R\$)	Valor Total (R\$)
------	---------------	------	-------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

01	BROCAS DIAMANTADAS, DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NÚMERO 1012	UND	20	4,13		
02	BROCAS DIAMANTADAS, DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NÚMERO 1014	UND	30	4,13		
03	BROCAS DIAMANTADAS, DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NÚMERO 1016	UND	20	4,13		
04	BROCAS DIAMANTADAS, DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NÚMERO HL 1014	UND	20	4,13		
05	BROCAS DIAMANTADAS, DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NÚMERO HL 1016	UND	10	4,13		
06	BROCAS DIAMANTADAS, DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NÚMERO 1032	UND	10	4,13		
07	BROCAS DIAMANTADAS, DE ALTA ROTAÇÃO, EM AÇO INOXIDÁVEL, NÚMERO 1093	UND	15	4,13		
08	BROCAS CIRÚRGICAS PARA ALTA ROTAÇÃO – N. 06	UND	02	12,71		
09	BROCA GATES 28 MM. BAIXA ROTAÇÃO. Nº. 01. CAIXA COM 06 UNIDADES.	CX	01	67,76		
10	BROCA GATES 28 MM. BAIXA ROTAÇÃO. Nº. 03. CAIXA COM 06 UNIDADES.	CX	01	67,76		
11	BROCA GATES 28 MM. BAIXA ROTAÇÃO. Nº. 05. CAIXA COM 06 UNIDADES.	CX	01	67,76		
12	BROCA GATES 32 MM. BAIXA ROTAÇÃO. Nº. 01. CAIXA COM 06 UNIDADES.	CX	01	69,05		
13	BROCA GATES 32 MM. BAIXA ROTAÇÃO. Nº. 05. CAIXA COM 06 UNIDADES.	CX	01	69,05		
14	DISCO DE FELTRO COM MANDRIL KIT COM 12 DISCOS DE 8 OU 12MM E 1 MANDRIL	CX	03	28,34		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

15	ESCOVA DE ROBSON COM CERDAS BRANCAS	UND	60	1,40		
16	KIT PARA ACABAMENTO GRANA ULTRA-FINA C/ 7 UNIDADES	CX	05	37,00		
17	KIT PARA ACABAMENTO GRANA FINA C/ 7 UNIDADES	CX	05	31,15		
18	KIT PARA POLIMENTO DE AMÁLGAMA	CX	02	33,06		
19	LIMAS HEDSTROEN 25MM (1 SÉRIE)	CX	03	40,39		
20	LIMAS FLEXOFIL 25MM (1 SÉRIE)	CX	02	40,39		
21	LIMAS FLEXOFIL 31MM (1 SÉRIE)	CX	02	40,39		
22	PONTA DE SILICONE ABRASIVO P/ ACABAMENTO DE COMPÓSITOS. CONTENDO TRIPOLÍMERO, SÍLICA PIROLÍTICA SILANIZADA E ÓXIDO DE ALUMÍNIO. CAIXA COM 7 PONTAS DO TIPO CHAMA DE VELA.	CX	05	60,82		
23	PONTA DE SILICONE ABRASIVO P/ ACABAMENTO DE COMPÓSITOS. CONTENDO TRIPOLÍMERO, SÍLICA PIROLÍTICA SILANIZADA E ÓXIDO DE ALUMÍNIO. CAIXA COM 7 PONTAS DO TIPO DISCO.	CX	04	60,82		
24	PONTA DE SILICONE ABRASIVO P/ ACABAMENTO DE COMPÓSITOS. CONTENDO TRIPOLÍMERO, SÍLICA PIROLÍTICA SILANIZADA E ÓXIDO DE ALUMÍNIO. CAIXA COM 7 PONTAS DO TIPO TAÇA.	CX	03	60,82		

**LOTE 4**

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Unitário Proposto (R\$)	Valor Total (R\$)
01	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE (C/ 5 LITROS)	GL	52	10,24		
02	ÁLCOOL A 70% (FRASCO C/ 1L)	FR	25	4,95		
03	BABADOR IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL TAMNHO 33X48 PACOTE C/ 100 UND	PCT	20	15,39		
04	COMPRESSAS DE GAZE. DIMENSÃO MÍNIMA DE 7,5 X 7,5CM. CINCO DOBRAS E OITO CAMADAS PACOTE C/ 500	PT	10	10,59		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

	UNIDADES.					
05	COLETOR PERFURO CORTANTE COM CAPACIDADE DE 1,5L	CX	15	4,06		
06	FITA ADESIVA P/ AUTOCLAVE	ROLO	30	4,85		
07	GORRO DESCARTÁVEL SANFONADO PACOTES COM 100 UNID	PCT	20	8,83		
08	ROLINHOS DENTAIS DE ALGODÃO. PACOTE COM 100 UND.	PCT	100	1,67		
09	ROLO DE PAPEL CIRÚRGICO X POLIPROPILENO PARA ESTERELIZAÇÃO EM AUTOCLAVE – ROLO COM 8CM X 100M	ROLO	20	75,35		
10	ROLO DE PAPEL CIRÚRGICO X POLIPROPILENO PARA ESTERELIZAÇÃO EM AUTOCLAVE – ROLO COM 15CM X 100M	ROLO	20	75,38		
11	SOLUÇÃO BUCAL DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA A 2% PARA ASSEPSIA DE PREPAROS CAVITÁRIOS	FR	10	12,19		
12	SOLUÇÃO BUCAL DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12% FRASCO C/ 250ML	FR	30	13,88		
13	SUGADOR DESCARTÁVEL, ATÓXICO, DE USO ODONTOLÓGICO, COM CORES SORTIDAS. PACOTE COM 40 UNIDADES.	PCT	60	2,68		
14	MÁSCARA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO E COM, NO MÍNIMO 03 CAMADAS DE PROTEÇÃO (COM 50 UNIDADES).	CX	25	13,08		
15	SOLUCAO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1%, FRASCO C/ 1L	FR	20	6,36		
16	DEGERMANTE PARA BROCAS COM GLUTARALDEÍDO A 2% - JÁ ATIVADO (C/ 1L)	FR	20	6,27		
17	FIO DENTAL ENCERADO (COM 500M)	TUBO	03	7,02		

**LOTE 5**

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Unitário	Va
------	---------------	------	-------	----------------	----------------	----



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

				Máximo (R\$)	Proposto (R\$)	Total (R\$)
01	ANESTÉSICO INJETÁVEL À BASE DE MEPIVACAÍNA A 2%, COM VASOCONSTRITOR (CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML). SOMENTE SERÁ ACEITO PRODUTO COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA)	CX	06	48,47		
02	ANESTÉSICO INJETÁVEL À BASE DE MEPIVACAÍNA A 3%, SEM VASOCONSTRITOR (CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML. SOMENTE SERÁ ACEITO PRODUTO COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA)	CX	01	46,20		
03	ANESTÉSICO TÓPICO À BASE DE BENZOCAÍNA A 20% (C/ 12G)	PT	10	5,64		
04	BICARBONATO DE SÓDIO PARA PROFILAXIA , EXTRAFINO E MICROFILTRADO ( C/ 200G)	TUBO	01	12,90		
05	CIMENTO CIRÚRGICO TIPO PASTA/PASTA (C/ 02 BISNAGAS 90G, CADA)	CX	01	87,53		
06	CIMENTO ENDODÔNTICO (PÓ) - FRASCO C/ 12G	FR	01	26,14		
07	CIMENTO ENDODÔNTICO (LÍQUIDO) – FRASCO C/ 10ML	FR	01	13,06		
08	CONE DE GUTA PERCHA CALIBRADA DE 1ª SÉRIE (15-40) TIPO DENTYSPLAY OU SIMILAR (SORTIDAS C/ 06 TUBOS, C/ 20 PONTAS CADA)	CX	03	16,63		
09	CIMENTO À BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, RADIOPACO, TIPO PASTA/PASTA ( C/ 02 BISNAGAS DE 13G CADA)	CX	04	28,79		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

10	COLD SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE ( FRASCO COM 200ML)	FR	01	22,70		
11	EUCALIPTOL (FRASCOS C/ 10ML)	FR	01	7,75		
12	EDTA (FRASCO COM 20ML)	FR	02	6,49		
13	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA EM SOLUÇÃO A BASE DE FDC AZUL N.º. 01 E FDC VERMELHO N.º. 03. <b>CORA A PLACA EM DUAS CORES</b> (VERMELHO RECENTE E AZUL A MADURA). LÍQUIDO CONCENTRADO PARA USO PROFISSIONAL. CAIXA CONTENDO FRASCO COM 10ML. <b>OBS.: NÃO SERÁ ACEITO EVIDENCIADOR QUE CORE A PLACA EM APENAS UMA COR.</b>	CX	05	12,28		
14	FORMOCRESOL (FRASCO COM 10ML)	FR	03	5,41		
15	FLÚOR GEL NEUTRO C/ 2% DE FLUORETO DE SÓDIO, NÃO PIGMENTADO (FRASCO COM 20ML)	FR	10	3,30		
16	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA, FRASCO COM 10G	FR	02	5,13		
17	IODOFÓRMIO PÓ. CAIXA CONTENDO FRASCO COM 10 GRAMAS.	CX	02	16,83		
18	IRM (PÓ), FRASCO C/ 38G	FR	04	51,29		
19	IRM (LÍQUIDO), FRASCO C/ 15ML	FR	04	36,32		
20	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA-ROTAÇÃO, EM SPRAY (C/100ML/70G)	FR	02	16,22		
21	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA BAIXA-ROTAÇÃO, EM SPRAY (C/100ML/70G)	FR	02	16,22		
22	PASTA PROFILÁTICA C/ FLÚOR C/ 90G	UND	05	5,21		
23	PASTA DE HIDROXIDO DE CÁLCIO P/ USO ENDODÔNTICO	CX	01	35,72		





**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

	EM BASE OLEOSA-, C/ 2 TUBETES DE PASTA C/ 2,7G E 01 DE LUBRIFICANTE C/ 2,2G					
24	PEDRA POMES, C/ 100G	TUBO	03	5,34		
25	RESTAURADOR PROVISÓRIO, SEM EUGENOL NA COR BRANCA. POTE C/ 20G	UND	04	16,93		
26	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA À BASE DE CLORETO DE ALUMÍNIO FRASCO C/ 10ML	FR	02	23,29		
27	TESTES MICROBIOLÓGICOS PARA CONTROLE DE ESTERELIZAÇÃO EM AUTOCLAVE (CAIXA C/ 10 AMPOLAS)	CX	06	72,98		
28	VERNIZ COM FLÚOR CONTENDO 5% DE FLUORETO DE SÓDIO EM BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS. ESTOJO CONTENDO 1 FRASCO DE VIDRO COM 10 ML DE VERNIZ COM FLÚOR E, 1 FRASCO DE PLÁSTICO CONTENDO 10 ML DE SOLVENTE.	CX	10	19,50		
29	VERNIZ CAVITÁRIO, FRASCO C/15ML	FR	03	12,68		
30	PMCC FRASCO C/ 20ML	FR	01	6,53		

**LOTE 6**

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Unitário Proposto (R\$)	Valor Total (R\$)
01	BANDEJA ODONTOLÓGICA EM AÇO INOX, MEDINDO, APROXIMADAMENTE, 22 X 12 X 1,5 CM	UND	05	19,15		
02	CONDENSADOR WARD EM AÇO INOX PARA AMÁLGAMA N. 01	UND	05	3,93		
03	CONDENSADOR WARD EM AÇO INOX PARA AMÁLGAMA N. 02	UND	05	3,93		
04	CONDENSADOR WARD EM AÇO INOX PARA AMÁLGAMA N. 04	UND	05	3,93		
05	CURETA DENTINÁRIA N. 11	UND	05	3,87		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

06	CURETA DENTINÁRIA N. 17	UND	05	3,87		
07	ESPÁTULA DE THOMPSON Nº 2. CONFECCIONADA EM TITÂNIO ANTI-ADERENTE. <b>CABO EMBORRACHADO.</b>	UND	02	40,31		
08	ESPELHO CLÍNICO SEM CABO E SEM GRAU (CAIXA COM 10 UNIDADES).	CX	04	23,33		
09	ESPELHO CLÍNICO COM CABO E SEM GRAU EM AÇO INOX	UND	10	6,20		
10	PINÇA CLÍNICA EM AÇO INOX	UND	10	5,59		
11	SERINGA CARPULE	UND	05	25,40		
12	PORTA AGULHA ANELAR DE MAYO. TIPO RETO. COMPRIMENTO DE 14 MM.	UND	01	22,11		
13	PORTA AGULHA DE MATHIEU. COMPRIMENTO DE 17 MM.	UND	02	28,40		
14	TESOURA CIRÚRGICA CURVA 11,5CM.	UND	04	11,75		
15	TESOURA CIRÚRGICA CURVA 15 CM.	UND	04	18,74		
16	TESOURA CIRÚRGICA RETA 15 CM.	UND	04	16,42		
17	LÂMINA DE BISTURI N. 15 C (C/100 UNIDADES)	CX	01	33,65		
18	LÂMINA P/ BISTURI Nº 12 (C/ 100 UNIDADES)	CX	01	33,65		

**LOTE 7**

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Unitário Proposto (R\$)	Valor Total (R\$)
01	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL DE 22 X 35MM, <b>GRUPO "E" QUANTO AO NÍVEL DE SENSIBILIDADE</b> ( C/ 100 PELÍCULAS)	CX	01	122,58		
02	FILME RADIOGRÁFICO DE 31 X 41 MM, <b>GRUPO "E" QUANTO AO NÍVEL DE SENSIBILIDADE</b> (C/150 PELÍCULAS)	CX	02	96,15		



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**PROCESSO N.º 2010/7353 e N.º 2010/7351**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010**

03	SOLUÇÃO FIXADORA PRONTA PARA USO. COMPOSTA POR ÁGUA E HIDROXINONA (2-3%). FRASCO COM 475 ML.	FR	20	4,78		
04	SOLUÇÃO REVELADORA PRONTA PARA USO. COMPOSTA POR ÁGUA, SULFATO DE ALUMÍNIO E TIOSULFATO DE AMÔNIA (10-15%). FRASCO COM 475ML.	FR	20	4,78		

**LOTE 8**

Item	Especificação	Und.	Qtde.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Unitário Proposto (R\$)	Valor Total (R\$)
01	SUSPENSÃO OTOLÓGICA DE HIDROCORTISONA 10MG/ML, SULFATO DE NEOMICINA 5MG/ML E SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/ML. VIA OTOLÓGICA FRASCO C/ 10ML	FR	02	11,39		
02	VASELINA POMADA. CAIXA CONTENDO BISNAGA COM 30G.	CX	02	2,73		

**OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**  
**Procurador-Geral de Justiça**



**ANEXO VI**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_/2010 PGJ/MPPB**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010 - PGJ/MPPB**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - PGJ**, inscrito no CNPJ/MF N.º 09.284.001/0001-80, com sede na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, nesta Capital, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça **Dr. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portador do CPF N.º \_\_\_\_\_, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o N.º \_\_\_\_\_, localizada na Rua/Avenida \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, CEP.: \_\_\_\_\_, representada pelo seu sócio/procurador, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF.: \_\_\_\_\_, RG.: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua/Avenida \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo PGJ N.º 2010/\_\_\_\_\_, em consequência da licitação na Modalidade Pregão Presencial N.º 0\_\_\_/2010, no sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei N.º 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada no Estado pelo Decreto Estadual N.º 24.649/2003, aplicando-se no que couber o Decreto N.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos N.º 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e N.º 3.784, de 06 de abril de 2001, e pela Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando a aquisição, eventual e futura, de **MATERIAL ODONTOLÓGICO**, cujos quantitativos máximos, especificações, preços e fornecedores foram previamente defendidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP o Ministério Público do Estado da Paraíba / Procuradoria Geral de Justiça, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, tendo como Órgão Gerenciador da presente ARP o -Núcleo de Registro de Preços desta Instituição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não no certame, observadas as exigências contidas na legislação aplicável.



### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Núcleo de Registro de Preços, obriga-se a:**

- a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Convocar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP;
- c) Remeter ao setor competente do Ministério Público da Paraíba, a notificação para empenho referente aos serviços prestados, conforme informações do Departamento de Serviços Gerais;
- d) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas Certidões ou documentos vencidos;
- e) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- f) Consultar os fornecedores registrados - observada a ordem de classificação - quanto ao interesse em fornecimento do(s) objeto(s) a outro(s) órgão(ões) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;
- g) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP;
- h) Elaborar os contratos decorrentes da presente ARP, quando se fizer necessário, conforme autorização do Procurador-Geral de Justiça, diante das solicitações dos setores desta Instituição, convocando o(s) Fornecedor(es) para sua assinatura e reconhecimento de firma.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**O FORNECEDOR obriga-se a:**

- a) Assinar a presente ARP, bem como os contratos dela decorrentes, quando for o caso, além da retirada da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação/notificação, no que couber;
- b) Informar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quanto a aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP, desde que não comprometa a capacidade de fornecimento assumida na Ata de Registro de Preços;



- c) Entregar o(s) produto(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos do Pregão Presencial N.º 023/2010;
- d) Fornecer o(s) produto(s) conforme especificações, marcas, e preços registrados na presente ARP;
- e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constantes pelo Órgão Gerenciador referentes às condições firmadas na presente ARP;
- f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas;
- g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão Gerenciador ou a outro Órgão não participante e /ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- h) Entregar os produtos, sem ônus para esta Procuradoria, no Departamento de Material de Patrimônio, localizado no Anexo IV – Rua 13 de maio, 663, Centro – João Pessoa/PB.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

##### **Compete ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE:**

- a) Consultar previamente o Órgão Gerenciador no intuito de obter informações necessárias à aquisição pretendida, e, em especial, o teor da presente ARP e eventuais alterações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital do certame e na presente ARP, informando ao Órgão Gerenciador qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular, a fim de que sejam adotadas pela PGJ/MPPB as penalidades cabíveis à espécie.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente ARP terá vigência de um (01) ano, a contar da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) objetos/bens registrados nesta Ata encontram-se indicados no seguinte quadro:

**(espaço a ser preenchido após o resultado do certame )**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**



O pagamento será feito até o 5.º (quinto) dia do mês seguinte, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente à aquisição do objeto, pelo preço da registrado, após a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, anexando o comprovante exigido no parágrafo único desta cláusula.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O pagamento de qualquer fatura ficará condicionado à comprovação do recolhimento de 1,5% (Hum vírgula cinco por cento) referente à Taxa de Processamento de Despesa Pública – TPDP, nos termos da Lei Estadual N.º 7.947, de 22/03/2006, publicada no Diário Oficial do Estado de 23/03/2006, regulamentada pelo Decreto No. 27.116, de 11/05/2006, publicado no Diário Oficial do Estado de 13/05/2006, cujo produto da arrecadação deverá ser utilizado em benefício dos programas e das ações da Fundação de Ação Comunitária - FAC.

#### **CLÁUSULA NONA - DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

A existência da Ata de Registro de Preço não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as futuras aquisições com vencedor do certame do SRP, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação/aquisição, assegurando ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE**

Os preços, quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Estado da Paraíba e no site do Ministério Público da Paraíba, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO DE PREÇOS**

A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 12 do Decreto Federal N.º 3931/01 c/c com o artigo 65 da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

##### **I - Por iniciativa da Administração, quando:**

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar ou recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;



- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- e) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- f) em razões de interesse público, devidamente justificado.

**II – Por iniciativa do próprio Fornecedor, quando,** mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste registro de preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo Órgão Gerenciador, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução da relação contratual.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No cancelamento de registro, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo ser formalizado competente processo administrativo com despacho fundamentado do Procurador-Geral de Justiça.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o fornecedor registrado sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei N.º 10.520/02, além do cancelamento do registro, nos termos do artigo 13 do Decreto N.º 3.931/01, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que seu ato ensejar:

- a) caso o fornecedor não entregue o produto no prazo e condições avençadas, ficará sujeita a multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do pedido, até o máximo de 02 (dois) dias;
- b) sendo o atraso superior a 02 (dois) dias estará configurada a inexecução total da ARP;
- c) caso haja inexecução da ARP que motive e resulte em rescisão unilateral da avença, além das sanções administrativas supracitadas, será aplicável multa compensatória de 30% (trinta por cento) ou de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, conforme a inexecução seja total ou parcial, respectivamente;
- d) o recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto nos créditos do fornecedor, ou em cobrança judicial, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujo teores são conhecido e acatados pela partes:





- a) Processo N.º 2010/7353 e 2010/7351;
- b) Edital do Pregão Presencial N.º 023/2010 - PJG/MPPB e anexos;
- c) Proposta Comercial da Fornecedora

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Para dirimir as questões da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser tratado eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo Núcleo de Registro de Preços do MP/PB, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que, após ser lida, será também assinada pela representante do Órgão Gerenciador e pelo representante legal do fornecedor.

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
GERENCIADOR**

**FORNECEDOR**

**Testemunhas:**

1) \_\_\_\_\_ CPF.: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_ CPF.: \_\_\_\_\_